

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS REGIÕES COM POTENCIAL POUCO DESENVOLVIDO NO RIO GRANDE DO SUL

Ana Cláudia Giordani¹
Helena Brum Neto²
Meri Lourdes Bezzi³
Roberto Cassol⁴

RESUMO:

A região se configura, atualmente, como a materialização da complexa relação estabelecida entre a interface sociedade-natureza. Portanto, reflete as similaridades e, ao mesmo tempo, as desigualdades impostas pelos distintos níveis de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo central analisar e propor estratégias de desenvolvimento regional para as regiões com potencial pouco utilizado no Rio Grande do Sul/ Brasil. A individualização dessas regiões inicialmente partiu de uma análise da estruturação do espaço produtivo gaúcho, cujo critério centra-se no principal produto econômico de cada unidade territorial que compõem o espaço riograndense. Dessa forma, pode-se dizer que, o capital configura significativas transformações na organização do espaço, reorganizando-o e tornando seus limites mais flexíveis frente às exigências impostas pelo processo de globalização. Nesta perspectiva, pode-se identificar as principais potencialidades a serem exploradas nessa região e que se encontram sub-aproveitadas como o turismo, a fruticultura entre outros. Pretende-se, com essas estratégias de desenvolvimento, buscar a reconversão das “áreas estagnadas”, inserindo-as em novas propostas para atingir o desenvolvimento local/regional.

PALAVRAS-CHAVES: estratégias de desenvolvimento, regiões com potencial pouco desenvolvido, Rio Grande do Sul.

ESTRATEGIAS PARA EL DESARROLLO DE LAS REGIONES CON BAJO POTENCIAL DESARROLLADO EN EL SUR DEL RIO GRANDE / BRASIL

RESUMEN:

La región se configura, en la actualidad, como la materialización de la compleja relación entre la interfase sociedad-naturaleza. Esta relación refleja las similitudes y al mismo tiempo, las desigualdades impuestas por los diferentes niveles de desarrollo socioeconómico. En ese sentido, el presente trabajo tiene como objetivo central analizar y proponer estrategias para el desarrollo regional para las regiones con poco uso potencial en el estado Río Grande do Sul, Brasil. La individualización de estas regiones inicialmente partió de un análisis de la estructura del espacio productivo gaucho, cuyo criterio se centra en el principal producto económico de

¹Graduada em Geografia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGGeo/UFSM, geo_giordani@yahoo.com.br.

² Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP/PP helenabrumneto@gmail.com.

³ Professora do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM/CCNE.

⁴ Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM/CCNE.

cada unidad territorial que conforma el espacio Riograndense. Así, se puede decir que el capital configura transformaciones significativas en la organización del espacio, reorganizándolo y tornando sus límites más flexibles frente a las exigencias impuestas por el proceso de globalización. En esta perspectiva se puede identificar los usos potenciales de la región y que están infrautilizados como el turismo y la fruticultura. La Con estas estrategias de desarrollo se busca la reconversión de las "áreas estancadas", insertándolas en nuevas propuestas para alcanzar el desarrollo local/ regional.

PALABRAS CLAVE: estrategias de desarrollo, con potencial de las regiones subdesarrolladas, Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A região se configura, atualmente, como a materialização da complexa relação estabelecida entre a interface sociedade-natureza. Portanto, reflète as similaridades e, ao mesmo tempo, as desigualdades impostas pelos distintos níveis de desenvolvimento socioeconômico. Pode-se dizer que as similaridades conferem uma identidade à região, através de características comuns materializadas no espaço regional.

Dessa forma, considerando o espaço gaúcho e os distintos níveis de desenvolvimento intrínsecos a questão regional, esse trabalho tem como objetivo central analisar e propor estratégias de desenvolvimento regional para as regiões com potencial pouco utilizado no Rio Grande do Sul/Brasil.

Considerando a potencialidade dos recortes regionais quanto ao seu aproveitamento ou sub-aproveitamento, adaptou-se a proposta de regionalização de Bacelar (1997), procurando classificar as regiões geoeconômicas em função do grau de desenvolvimento nas quais as mesmas se inserem e, particularmente, identificando-se as regiões com potencial pouco utilizado.

Nesse sentido, esse estudo propõe algumas considerações pertinentes ao âmbito regional, tendo como foco central uma proposta de regionalização do Rio Grande do Sul, considerando os níveis de desenvolvimento socioeconômico do espaço produtivo gaúcho. Tal meta de estudo, atrela-se a divisão regional do território riograndense, de acordo com o critério econômico e, evidenciam características semelhantes e/ou suas diferenças. Ou seja, destaca-se os *desequilíbrios regionais* ou as *desigualdades regionais* fornecendo os subsídios necessários para orientação de planejadores, pesquisadores e administradores.

Para tanto, recortou-se o Rio Grande do Sul em regiões, nas quais desenvolvem-se as principais atividades produtivas do Estado, em constante dinâmica, tendo em vista as transformações impostas pelos mercados nacional e internacional e, principalmente, pelo capital.

Essa proposta de regionalização partiu da atual configuração do espaço riograndense, tendo como base, para coleta de dados, às 496 unidades territoriais que o compõe. Os recortes espaciais foram individualizados em categorias quanto as suas potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, ressalta-se que, nem todo o Estado estará dividido em regiões, ou seja, serão agrupados os municípios que se enquadram no critério de regionalização adotado, ou seja, o socioeconômico. A individualização das regiões com potencial pouco utilizado demonstrou a utilização do espaço produtivo do Rio Grande do Sul quanto as principais atividades econômicas desenvolvidas, refletindo a dinâmica que a sociedade gaúcha impõe ao seu espaço. Por conseguinte, pôde-se demonstrar as potencialidades regionais passíveis de exploração e, que ainda permanecem sub-utilizadas. Considerando a classificação proposta por Bacelar (1997), as regiões com potencial pouco utilizado demonstram que a dinâmica do espaço aliada as particularidades locais, não permitem que o desenvolvimento seja homogêneo e compreenda todo seu contexto regional, o que Santos (1998) denomina de rugosidades do espaço. No entanto, o homem, enquanto agente transformador desse espaço procura minimizar as diferenças, sempre na busca de se obter o almejado desenvolvimento regional. Salienta-se também que, as particularidades culturais que compõe cada grupo social, tornam-os singulares em relação aos demais, bem como as suas manifestações em relação a sua base espacial.

Nesse sentido, ao se analisar o espaço, deve-se considerar os agentes que o transformam, e os aspectos responsáveis por sua organização econômica e que, conseqüentemente, se materializam no espaço. Nesse sentido, foram considerados os aspectos socioeconômicos como principal critério regionalizador. Foram arroladas as potencialidades físico-naturais e culturais das regiões propostas. Estes componentes socioespaciais destacam-se, principalmente, porque o Rio Grande do Sul teve suas bases históricas atreladas aos distintos processos de ocupação, povoamento e colonização, os quais são os responsáveis diretos pela organização do seu espaço produtivo e, em conseqüência, pelo seu desenvolvimento econômico. Desse modo, os níveis de desenvolvimento atuais nada mais são do que respostas

ao processo de desenvolvimento pelo qual o Estado Gaúcho tem passado no decorrer do tempo e, que resultam nas regiões a serem individualizadas por essa proposta de regionalização.

2 METODOLOGIA

A operacionalização dos dados para a realização desta pesquisa esteve, num primeiro momento, atrelada a um amplo levantamento bibliográfico, para estabelecer o referencial teórico, procurando aprofundar o marco teórico e metodológico da pesquisa, através de bibliografias específicas sobre a temática abordada. Neste sentido, utilizou-se de conceitos básicos como região e regionalização, desenvolvimento regional e organização do espaço. Além disso, resgataram-se questões relativas às bases físico-naturais do território gaúcho e ao processo de povoamento e ocupação do Rio Grande do Sul, o qual engloba a imigração e identidade cultural. Paralelamente, procurando aprofundar a base teórica, procurou-se em bibliografias específicas informações a respeito dos municípios que compõe as regiões com potencial pouco utilizado, bem como dados nas próprias unidades territoriais.

A regionalização do território gaúcho e, a conseqüente individualização das regiões com potencial pouco utilizado, considerou a heterogeneidade espacial, ou seja, a presença desigual do capital no setor primário, o qual constitui a base da sua economia. O enfoque principal considerou fatores como a estrutura fundiária, áreas com potencial industrial representativo, áreas com disponibilidade e outras com falta de mão-de-obra, áreas com potencial turístico, áreas privilegiadas pela presença da malha viária, áreas com a presença de novas cadeias produtivas como a fruticultura e o florestamento. O laboratório de estudo desta pesquisa constituiu-se nos 496 municípios que compõe o Rio Grande do Sul. Para cada unidade territorial foram coletadas informações referentes às variáveis que se faziam presentes na mesma, sendo este o critério determinante para subsidiar o agrupamento dos municípios e, a posterior formação das regiões geoeconômicas e regiões com potencial pouco utilizado. Saliencia-se que na escolha das variáveis que caracterizam os municípios, o critério estabelecido foi o de maior área plantada, sendo este, portanto, o elemento que levou a individualizar os recortes espaciais. Em algumas regiões geoeconômicas houve a presença significativa de alguns produtos, distintos da

matriz tradicional, que visam dinamizar o espaço produtivo gaúcho. Tal situação originou subdivisões nas regiões estabelecidas, marcadas pela coexistência da matriz tradicional com novos atores econômicos.

Como variáveis selecionou-se, para a agricultura a área plantada (ha), quantidade produzida (toneladas) e o rendimento médio (kg/ha). No que se refere à pecuária considerou-se o maior número de cabeças por municípios de bovinos, suínos e aves. Além disso, procurou-se demonstrar, em cada região geoeconômica, as áreas com maiores e menores rendimentos médios para cada produto dominante. Tal fato permitiu verificar que as unidades territoriais mais produtivas são aquelas que aliam as potencialidades físico-naturais ao investimento tecnológico.

Definidas as variáveis, delineou-se a parte prática da pesquisa. A investigação baseou-se em fontes primárias realizadas através do trabalho de campo (entrevistas) junto aos municípios, aferindo as variáveis referentes a temática em estudo. Paralelamente, utilizou-se de fontes secundárias através de dados estatísticos fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2003/2004/2005, Secretaria de Planejamento dos Municípios, Secretaria de Agricultura dos Municípios, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e demais órgãos estaduais e municipais.

A partir desses dados estruturou-se um banco de dados referente aos principais produtos primários que alicerçam a economia do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que os dados coletados foram tabulados em planilhas previamente elaboradas no software Word, possibilitando posteriormente, sua inserção no software Arc View GIS 3.2a. Este possibilitou agregar os dados que foram a base para as etapas de análise, interpretação e espacialização dos mesmos. Paralelamente, foram sendo gerados os recortes espaciais para a formação das regiões geoeconômicas gaúchas e, suas sub-regiões.

Considerando a regionalização proposta realizou-se a interpretação e análise das regiões geoeconômicas individualizadas. Cada região foi interpretada e analisada através de uma visão sistêmica, a qual procurou inter-relacionar os aspectos físico-naturais, socioeconômicos, políticos e culturais. Esta interação subsidiou a releitura do espaço gaúcho, demonstrando que a dinâmica territorial tem, no capital, seu principal agente econômico transformador.

3 AS REGIÕES GEOECONÔMICAS DO RIO GRANDE DO SUL

A proposta de regionalização realizada por Bezzi et al (2006) recortou o Estado gaúcho em 7 regiões considerando os aspectos geoeconômicos. Dessa forma, individualizou-se:

(a) **Região Geoeconômica 1-** Para se gerar esta região, considerou-se a produção que predominou em quase todos os municípios, ou seja, o arroz e a pecuária bovina, sendo, portanto, estes os produtos que constituíram a matriz tradicional dessa região. No entanto, a área plantada e número de cabeças por município apresentaram-se bastante variáveis. Para solucionar esta problemática, adotou-se como critério que os municípios que comporiam a região geoeconômica seriam aqueles com expressão mais significativa naquela cultura e pecuária bovina. Desta forma, predominou, nesta região, a matriz tradicional que, conseqüentemente, foram os produtos responsáveis pela formação desta região. No entanto, algumas unidades territoriais, além de apresentarem arroz e pecuária, coexistem com outras culturas. Tal situação nos conduziu a criar três sub-regiões: *sub-região A*, com predomínio da pecuária bovina, arroz e soja; *sub-região B*, com predomínio da pecuária bovina, do arroz e do fumo e a *sub-região C*, com predomínio da pecuária bovina, do arroz e do milho. (BEZZI et al, 2006).

As três sub-regiões são também entendidas como áreas de transição, considerando que as mesmas apesar de terem suas bases econômicas ligadas aos produtos tradicionais que caracterizam historicamente a região, apresentam a inserção de novos produtos, os quais se identificam como arranjos econômicos que são dinamizados por cadeias produtivas recentes que procuram inserir perspectivas à região geoeconômica como um todo. Como exemplo, tem-se a sub-região A, na qual a soja coexiste com a matriz tradicional (pecuária e arroz) e demonstra a transição para a *região geoeconômica 7*, onde o principal produto primário é constituído pela soja, demonstrando que no espaço não há rupturas bruscas. (BEZZI et al, 2006).

(b) **Região Geoeconômica 2** - Foi gerada pelo predomínio das culturas do fumo e do milho. Salienta-se que esta região não apresentou contigüidade espacial, ou seja, originou dois recortes espaciais distintos, demonstrando que ocorre uma dinâmica espacial onde as culturas são desenvolvidas em alguns municípios enquanto que, em outros, as mesmas não se fazem presentes. A descontinuidade

espacial, também entendida como transição, demonstra a presença de outros produtos distintos da matriz tradicional da região geoeconômica 2, como o arroz e a pecuária, que passam a coexistir junto ao fumo e ao milho, constituindo-se, portanto, numa área de transição entre os dois recortes espaciais que constituem esta região. (BEZZI et al, 2006).

(c) **Região Geoeconômica 3** - Foi criada considerando-se o predomínio das culturas do milho, seguida pela cultura da mandioca e da batata inglesa, além da fruticultura e, na pecuária, pela avicultura.

Esta região geoeconômica foi recortada levando-se em conta a cultura predominante, o milho, que se faz presente de forma significativa em grande parte das unidades territoriais. Em segundo lugar, tem destaque a cultura da mandioca, seguida da batata-inglesa e das frutas (laranja, tangerina e pêsego). Ressalta-se que esta região geoeconômica é constituída por um número expressivo de municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, na qual se localiza um dos principais pólos industriais gaúchos. Portanto, a expressividade do setor primário desta região é menor à medida que se aproxima da Região Metropolitana, pois a economia dos municípios que a circunda está alicerçada ao setor secundário (químico, metal-mecânico, moveleiro, coureiro-calçadista, entre outros). No entanto, como esta proposta de regionalização teve como critério o setor primário, foram considerados os principais produtos da agropecuária desta região. Desta forma, fica evidente que o setor secundário se sobressai ao primário, o que explica a baixa produção agrícola dos municípios desta região. Entretanto, à medida que se distancia da Região Metropolitana de Porto Alegre, as unidades territoriais passam a ter maior expressão através do setor primário, constituindo-se numa área de transição para as regiões circunvizinhas (regiões geoeconômicas 2, 4, 5 e 6). (BEZZI et al, 2006).

(d) **Região Geoeconômica 4** - Foi gerada pelo predomínio da cadeia produtiva da uva e, na pecuária, pela presença da avicultura. Em relação as outras regiões geoeconômicas, a 4 apresentou uma singularidade, caracterizando-se por ser uma das regiões que se individualizou espacialmente através da lavoura permanente, baseada na uva. Tal fato justifica-se por ser uma cultura característica da colonização italiana que se apropriou economicamente deste espaço via processo colonizador, que tinha estas áreas como prioritárias para as correntes migratórias européias. Paralelamente à agricultura, a atividade pecuária também se

faz presente através das aves, criação típica das áreas coloniais do Estado gaúcho. (BEZZI et al, 2006).

(e) **Região Geoeconômica 5** - Foi estruturada considerando-se o predomínio da cultura da maçã. Esta região foi individualizada como um recorte espacial resultante da lavoura permanente. É importante salientar que a existência de outras culturas de menor expressividade, como é o caso da batata-inglesa, se fazem presentes, principalmente, nos municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul, entre outros, os quais fazem transição com a região geoeconômica 3, na qual esta cultura apresenta-se como produto característico. A presença da soja, principalmente nos municípios localizados a noroeste desta região constitui-se em outra transição, uma vez que a região 7 foi individualizada por esta cultura. (BEZZI et al, 2006).

Outro elemento que caracterizou este recorte espacial e, portanto, o difere dos demais é a presença do florestamento, que é uma atividade importante, pois agrega valor na base econômica dos diversos municípios que compõem esta região geoeconômica.

A pecuária tem expressão significativa nesta região através dos bovinos de corte. Ressalta-se que esta região caracteriza-se por municípios de maiores dimensões territoriais resultantes da presença da pecuária, atividade característica de seu processo histórico de formação econômico-territorial. (BEZZI et al, 2006).

(f) **Região Geoeconômica 6** - Foi gerada pelo predomínio da cultura da banana, uma vez que esta cultura individualizou-se como produto-chave para originar esta região geoeconômica. Além da banana, também é expressiva a cultura do abacaxi e do palmito. O turismo evidencia-se como uma atividade predominante na maior parte dos municípios que compõem esta região, uma vez que se caracterizam como municípios litorâneos, tendo no período de veraneio sua economia voltada para esta atividade. Salienta-se que a atividade turística agrega valores para a economia destes municípios principalmente nos períodos de férias (dezembro, janeiro, fevereiro e, também em julho), mas a base econômica da região está alicerçada nas culturas temporárias da banana, do abacaxi e do palmito, que se constituem na base do setor primário desta região. (BEZZI et al, 2006).

(g) **Região Geoeconômica 7** - Foi estruturada pelo predomínio das culturas de soja, trigo e milho e, na pecuária, pelos bovinos e aves. A cultura da soja foi o principal fator para individualizar esta região geoeconômica, pois predomina em área

plantada na maioria dos municípios que a compõe. Também se apresentam como culturas expressivas o trigo e o milho. O trigo, constituindo junto com a soja o binômio trigo-soja é responsável pelo início do processo de modernização no Rio Grande do Sul, a partir da década de 70. Por outro lado, o milho, bastante significativo nesta área e em outras do Estado gaúcho, destaca-se por ser uma alternativa à cultura da soja, proporcionando até três safras anuais. É uma cultura mais resistente que a soja, suportando as estiagens que ocorreram no Estado na última década. Além disso, é uma cultura básica para retroalimentar a cadeia produtiva da avicultura e da suinocultura, que tem se expandido de forma gradativa na porção centro-norte do Rio Grande do Sul. (BEZZI et al, 2006).

É importante ressaltar que a região geoeconômica 7 foi recortada em duas sub-regiões através da pecuária bovina e das aves. A *sub-região 7 A*, resultou em uma descontigüidade espacial através da pecuária bovina, e constitui-se numa área de transição da região geoeconômica 1 (pecuária, arroz, soja), e da região geoeconômica 5 (maçã e pecuária). Esta sub-região resgata o processo histórico de ocupação territorial destas regiões e que teve na pecuária a sua base econômica, a qual foi, no decorrer do tempo, via introdução do capital, atrelada à agricultura, a responsável pela presença das culturas temporárias da soja e do trigo. A *sub-região 7 B* foi individualizada pela presença da avicultura, atividade econômica típica de áreas coloniais, que tiveram seu processo de colonização originadas do desmembramento das velhas colônias gaúchas. Constituíam-se em áreas, na sua maior parte, devolutas, uma vez que por limitações físico-naturais dificultavam o desenvolvimento de atividades agrícolas. Assim, estas áreas foram disponibilizadas pelas políticas governamentais da época às correntes migratórias européias. É importante ressaltar também que esta sub-região apresenta uma diversidade produtiva, na qual estão inseridos a fruticultura e o feijão, além da matriz tradicional, dada pela soja, trigo e milho. (BEZZI et al, 2006).

4 RIO GRANDE DO SUL: AS REGIÕES COM POTENCIAL POUCO UTILIZADO

Tendo como base para a análise do espaço produtivo gaúcho as 7 regiões geoeconômicas individualizadas, considerou-se como regiões com potencial pouco desenvolvido as regiões geoeconômicas 5 e 6 em virtude do sub-aproveitamento do seu espaço pelas atividades econômicas.

Desse modo, a região geoeconômica 5, localizada na porção nordeste do Estado, nos “Campos de Cima da Serra” tem na produção agrícola um dos setores mais produtivos economicamente, com ênfase para o cultivo da maçã. Tal fato a diferencia das demais regiões estabelecidas, com exceção da região geoeconômica 4, na qual a uva é o principal produto, a sua economia estar baseada na lavoura permanente - a maçã. (Figura 1).

Neste sentido, o município de Vacaria destaca-se como o maior produtor desse fruto no Estado, com 5.500 ha plantados, e o segundo maior em nível nacional. (FAMURS, 2003). Também com significativa área destacam-se os municípios de Bom Jesus e Muitos Capões que, respectivamente, ocupam segundo lugar (1.250 ha plantados) e o terceiro lugar (com 1.100 ha plantados), constituindo-se nos municípios de maior produção de maçã dessa região. (IBGE, 2003).

No que se refere à produtividade de maçã, esta região apresenta uma média de 24.279 kg/ha, com destaque para Muitos Capões (40.000 kg/ha), Cambará do Sul (33.964 kg/ha) e Monte Alegre dos Campos (27.000 kg/ha). Os menores índices de produtividade situam-se em municípios como Jaquirana (11.300 kg/ha), Ipê (12.000 kg/ha) e Bom Jesus (18.000 kg/ha). (IBGE, 2003).

Tal situação, faz com que a organização do espaço produtivo da região geoeconômica 5, centrada no setor primário, se torne um atrativo para outras atividades complementares. A exemplo disso cita-se a instalação de uma fábrica de sucos de frutas, com capacidade de produzir 50 toneladas de suco ao dia, o que corresponde a 350 toneladas de maçã por dia. (FAMURS, 2003).

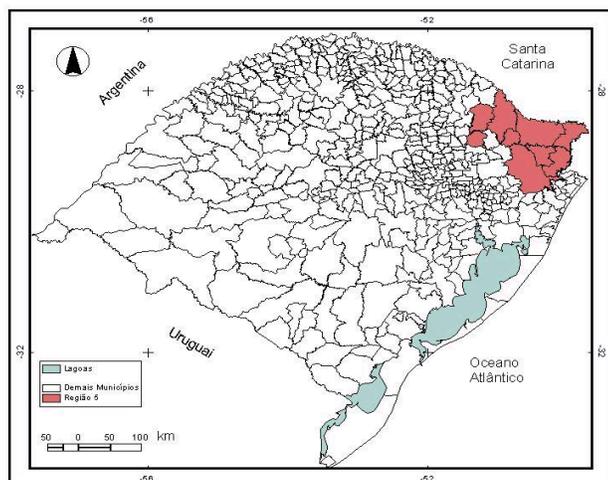


Figura 1: Região Geoeconômica 5 – Pecuária e Maçã.
Fonte: Elaboração a partir do software ArcView 3.2a.
Org.: Equipe técnica – NERA/2005.

Além da maçã, destaca-se a lavoura de milho, com expressiva área plantada nesta Região, principalmente, nos municípios de Vacaria (12.500 ha plantados), Bom Jesus (3.500 ha plantados) e São Francisco de Paula (2.600 ha plantados). (IBGE, 2003). No entanto, embora o milho predomine em área plantada, a produção de maçã garante um maior retorno financeiro quando se considera o valor da produção, constituindo-se, assim, no principal produto primário da região geoeconômica 3.

Considerando-se a lavoura temporária, também, são expressivos os cultivos de soja, trigo, cevada, aveia e azevém. (IBGE, 2003).

Tendo em vista a grande produção agrícola, salienta-se nesta região o município de Vacaria, por possuir uma das maiores frotas de transporte rodoviário do Rio Grande do Sul, sendo grande parte desta, especializada em cargas de grãos, garantindo a infra-estrutura da produção. Estima-se que a frota já tenha ultrapassado 2000 caminhões, constituindo-se na segunda atividade econômica mais expressiva de Vacaria.

No que diz respeito à pecuária desenvolvida na região geoeconômica 5, esta se concentra na criação de bovinos, onde se destacam os municípios de São Francisco de Paula (123.800 cabeças), Bom Jesus (114.300 cabeças), São José dos Ausentes (45.000 cabeças), Jaquirana (32.600 cabeças), Muitos Capões (32.110 cabeças), Cambará do Sul (26.944 cabeças) e Monte Alegre dos Campos (17.750 cabeças). (IBGE, 2003).

Tal atividade é considerada como resquício das estâncias de criação de gado instaladas pelos padres jesuítas para sustentar economicamente as reduções. Posteriormente, com o fim das Missões, o gado nesta região passou a se reproduzir numa espécie de potreiro a céu aberto. Correspondendo, assim, a “Vaqueria de los Pinhais”, em campos de Vacaria, Bom Jesus e Lagoa Vermelha.

Também destacam-se outras atividades ligadas ao setor primário nessa região geoeconômica pontualmente, salienta-se o município de Cambará do Sul, com a criação de abelhas. A apicultura é representativa se desenvolve pela presença de matas nativas com árvores de grande porte. A produção de mel atinge, aproximadamente, 120.000 Kg. (IBGE, 2003), sobressaindo-se no cenário nacional, tanto pela produtividade quanto pelo número de apicultores. (FAMURS, 2003).

Outra atividade desenvolvida na região geoeconômica 3 é o turismo. Tal atividade pode ser estimulada, pois essa região apresenta áreas serranas, as quais possuem muitos atrativos naturais, como o conjunto de canyons, trilhas e cascatas, que originam paisagens singulares. Neste sentido, destaca-se o Parque Nacional dos Aparados da Serra, onde se situa o Canyon do Itaimbezinho.

O termo “Aparados” tem origem na forma em que se apresentam os campos desta área, que em determinados locais aparentam ser “aparados”, transição na aba de precipícios verticalmente dispostos, situados nos limites entre o Planalto e o Litoral. Já, a denominação Itaimbezinho é originária do Tupi-Guarani, onde “Ita” significa pedra e “Ai bé” significa afiado. (FAMURS, 2003)

É importante destacar que esta região geoeconômica destaca-se por ser uma área onde a presença do florestamento é bastante significativa. Cita-se o município de Cambará do Sul com pinus entre outros.

No que se refere a região geoeconômica 6 esta apresenta características bastante peculiares se comparada aos demais recortes espaciais produtivos do Rio Grande do Sul. Tal situação deve-se, basicamente, ao principal produto primário cultivado, assentado no cultivo da banana. (Figura 2).

A presença da cultura da banana neste espaço produtivo do estado gaúcho se faz presente a mais de um século, porém expandiu-se de forma mais expressiva a partir da década de 60. No entanto, a partir do processo de modernização (décadas de 70/80), esta cultura apresenta expansão significativa em área e produtividade. Tal fato se reflete na atualidade, dando origem as agroindústrias da banana, o que é conseqüência do crescimento da área plantada com essa cultura incentivada a partir de políticas de financiamento dirigidas para a mesma pelo governo estadual.

Os municípios onde a produção de banana é significativa tiveram inicialmente na pecuária e no arroz a base do setor produtivo, incentivada pelos imigrantes italianos e açorianos.

Neste sentido, Vivian (2002) salienta que as transformações ocorridas neste recorte espacial são significativas, pois a paisagem foi amplamente transformada: a colonização açoriana de meados do século XVIII introduziu o gado nas áreas de baixada, e cana-de-açúcar e mandioca nas encostas. Desde 1870 até o final do século XIX, a colonização alemã e, mais tarde, a italiana em menor escala, mantiveram a cana-de-açúcar e a mandioca, e o arroz irrigado avançou sobre os

banhados nas décadas de 1950-1960. A bananicultura comercial, por sua vez, só foi introduzida nos anos 60. Ela ocupou os espaços da antiga floresta nas áreas de piemonte, constituindo hoje a principal atividade econômica de minifúndios entre 5 e 25 hectares.

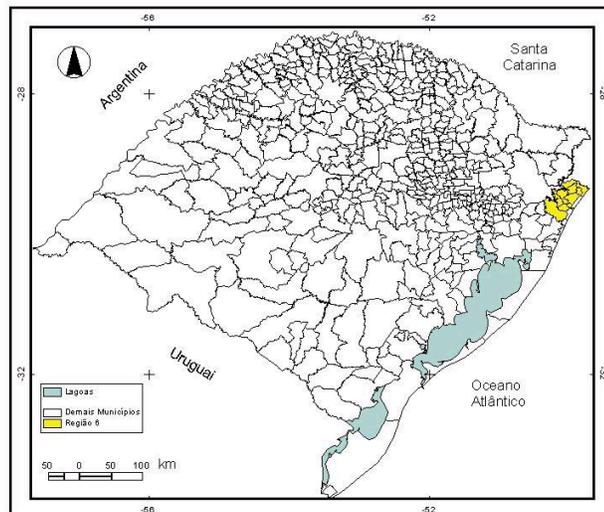


Figura 2: Região Geoeconômica 6 - Banana.
Fonte: Elaboração a partir do software ArcView 3.2a.
Org.: Equipe técnica – NERA/2005.

Desse modo, a atual região geoeconômica 6 tem sua origem produtiva atrelada a região geoeconômica 1, onde a pecuária e o arroz constituem os principais produtos econômicos. Assim, desde a sua ocupação, esta região se caracterizou pela atividade pecuarista e pelo cultivo do arroz. Estes se constituem nos principais produtos primários, até a inserção da bananicultura.

Os elementos físicos/naturais constituem-se nos agentes responsáveis pela diferenciação na organização espacial. Percebe-se, assim a presença dos bananais, cultivados em pequenas propriedades em contraste com o arroz e a pecuária desenvolvidos nas médias e grandes propriedades. A banana é cultivada nas encostas íngremes e nos vales das encostas dos municípios que compõe esta região. A banana exige determinadas condições físico-naturais para o seu cultivo, entre as quais desça-se os limites térmicos que determinam o bom desenvolvimento da fruta.

Neste sentido, a cadeia produtiva da fruticultura tem na banana seu principal produto. O mesmo é responsável pela geração de renda nos municípios desta região uma vez que é uma cultura permanente gerando lucro ao longo de todo ano.

Pode-se considerar que a mesma destacá-se como uma atividade rentável para seus habitantes se inserirem no mercado consumidor local e regional.

De maneira geral, as unidades territoriais litorâneas tem, no turismo, uma importante atividade econômica geradora de renda para seus habitantes, sendo um agente dinamizador de novas perspectivas de desenvolvimento local/regional. Entretanto esta é mais expressiva no período do verão. No restante do ano, seus habitantes necessitam ocupar-se com outras atividades ligadas principalmente, ao setor primário através da agricultura.

Tal fato, faz com que, no verão a economia dos municípios litorâneos, como Torres esteja voltada para o turismo, principalmente via ramo hoteleiro e gastronômico, além do comércio em geral

De acordo com Peixoto (1961), Secchi (1998) apud Vivian (2002, p. 18), a bananicultura nesta região atravessa uma crise que tem vários aspectos: por um lado, a região é o limite meridional para a cultura, o que implica riscos climáticos representados por ventos frios e geadas ocasionais; por outro, a década de 90 marcaram a competição com produto proveniente de outros estados do Sul. Aliado ao domínio do mercado por atravessadores, este contexto criou uma pressão por aumento de produtividade e aparência da fruta, visando a superar a competição. A resposta foi um aumento crescente do uso de agroquímicos e outros insumos nas décadas de 1960-1990.

Tal situação gerada pelo aumento da produção bem como pela aparência deste fruto, acompanhou o processo de modernização da agricultura, que introduziu no espaço agrário o uso maciço de insumos e tecnologia na produção, visando, justamente, dinamizar a produção primária de forma geral no Rio Grande do Sul.

Salienta-se que, no período que compreende as décadas de 1979-2001, a banana apresentou um crescimento de 25% em área plantada no litoral norte do Rio Grande do Sul. (VIVIAN, 2002), atestando o crescimento e a importância desta cultura para a região.

Embora o Rio Grande do Sul possua apenas 1,7% da produção nacional da banana, sua produção atinge 110 839 toneladas e, está concentrada no litoral do Estado. Destacam-se como maiores produtores os municípios de Três Cachoeiras (36.400 toneladas), Morrinhos do Sul (23.560 toneladas) e Mampituba (22.733 toneladas), contribuindo com 74,6% da produção gaúcha. (CORREIO DO POVO, 2005).

Quanto ao rendimento médio da banana, a região 6 produz aproximadamente 9.833 kg/ha, sendo que os maiores índices são alcançados pelos municípios de Torres, Três Cachoeiras e Dom Pedro de Alcântara, todos com 14.000 kg/ha, além de Morrinhos do Sul com 11.000 kg/ha. No que se refere aos menores rendimentos para a banana, tem-se os municípios de Três Forquilhas, Itati e Terra de Areia, com 7.000 kg/ha e Maquiné (6.000 kg/ha). (IBGE, 2003).

O cultivo deste fruto baseia-se no manejo convencional, ou seja, com a utilização de agrotóxicos. No entanto, mais recentemente, novas alternativas produtivas foram implantadas através do cultivo agroecológico, onde a banana é cultivada conjuntamente com outras espécies, como o palmito e o abacaxi (sistema multifacetado), e sem o uso de agrotóxicos. (VIVIAN, 2002).

Portanto, a região geoeconômica 6, situada no litoral norte do Rio Grande do Sul tem vivenciado experiências inovadoras através do cultivo e manejo do palmito-juçara, nativo da mata atlântica, em consórcio com a banana, principal fonte de renda dos agricultores da região. Tal “dobradinha” tem possibilitado agregar renda à propriedade, melhorar a proteção dos bananais e proteger os palmiteiros nativos.

Outra alternativa na cadeia da fruticultura na região é o abacaxi, embora em menor representatividade. Este tem se expandido de forma bastante significativa, pois o mesmo está se transformando em capital de giro nas propriedades rurais gaúchas. Através da parceria entre a EMATER e a EMBRAPA Transferência de Tecnologia de Passo Fundo/RS, estão sendo identificadas as regiões com potencial de cultivo e realizando treinamento no estado.

O mercado promissor da indústria de doces e enlatados do Rio Grande do Sul está despertando o interesse de tradicionais produtores de grãos nas regiões de encosta e topografia acidentada, onde o frio não seja tão intenso. Neste sentido, devido às condições climáticas satisfatórias, o abacaxi tem se desenvolvido de forma satisfatória nesta região. O destaque é dado ao município de Terras de Areia, no qual são cultivados 270 dos 300 hectares de abacaxi do estado gaúcho. A maior parte da produção é comercializada diretamente com os turistas através de feiras locais ou de quiosques ao longo das rodovias, e o restante, destina-se à indústria de doces, na sua maior parte artesanais, ou seja as agroindústrias.

Ressalta-se também que alguns produtores rurais, desta região geoeconômica, buscam novas alternativas de plantio para incrementar o cultivo da banana, dentre os quais destaca-se o município de Três Cachoeiras, com a

implantação de variedades inéditas, mais resistentes a doenças e que apresentam maior produtividade. Tal procedimento se caracteriza como uma medida recente neste município, em fase de experimentação de variedades provenientes da Bahia, mas que se adaptam muito bem nesta porção do território gaúcho, inclusive resistindo as principais doenças que se manifestam nesta cultura, como o *mal do Panamá* e *sigatoka amarela*. (CORREIO DO POVO, 2005).

Há que se destacar também que os produtores de banana do município de Três Cachoeiras têm conseguido melhorar o sistema de comercialização através da aquisição de câmaras frias climatizadoras para a conservação do produto. Tal medida acarretou a diminuição das perdas com a produção, aumento da produtividade, além de dinamizar a comercialização da banana, que se destina, principalmente, no abastecimento interno desta região geoeconômica, bem como para atacadistas e para Ceasa.

Com o objetivo de expandir o mercado da banana, incrementar rendimentos e gerar novos posto de trabalho, a Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, prevê a liberação de verbas para o incremento do Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral que em dezembro de 2004 teve um projeto criado para a formação de agroindústrias na região, por meio de uma parceria entre o governo do Estado, a Universidade de Santa Cruz (UNISC) e pequenos produtores de banana.

Para subsidiar o desenvolvimento desta cultura estão sendo realizadas pesquisas para desenvolver produtos derivados da banana, cultura tradicional em Maquiné (antigo quilombo) e outros municípios desta região. Paralelamente, prevê-se o suporte técnico e tecnológico, ao agricultor para instalar as agroindústrias e dinamizar a produção.

É importante ressaltar que a maior parte da produção da banana é vendida para consumo *in natura*. Entretanto, em alguns municípios, encontram-se agroindústrias que tem a finalidade de transformar este produto. Neste sentido, destaca-se, o município de Maquiné, no qual existem agroindústrias da banana, que buscam diversificar o produto através da desidratação da banana, utilização do suco de banana na formulação de bebidas carbonatadas e indústrias de passas de banana, chimias, geléias entre outros. Tais alternativas buscam diminuir o desperdício da fruta que chega a 40% na produção nacional.

5 Perspectivas e estratégias de desenvolvimento para as regiões com potencial pouco utilizado

A produção agrícola da *região geoeconômica 5*, caracteriza um dos setores mais produtivos economicamente, com ênfase para o cultivo da maçã. Juntamente com as regiões 4 e 6, a região geoeconômica 5 individualizou-se, tendo como base culturas permanentes, situação que as distingue dos demais recortes espaciais estabelecidos via lavoura empresarial.

O maior produtor estadual de maçã é o município de Vacaria e, em nível nacional ocupa o segundo lugar. Além da maçã, se fazem presentes às lavouras de milho e, mais ao noroeste desta região, a soja, constituindo uma área de transição entre as regiões geoeconômicas 5 e 7.

Dos municípios que compõe a Serra gaúcha, os que se situam na região geoeconômica 5, diferem-se dos demais pela sua grande extensão territorial. Tal fato é explicado pela origem deste município estar atrelada a herança jesuítica, pois formava os Campos de Cima da Serra, com intensa atividade pecuarista, assentada na bovinocultura. É importante destacar que esta atividade é ainda bastante significativa nesta região geoeconômica.

Salienta-se também, a instalação de indústrias de beneficiamento em virtude da produção primária. Neste sentido, destaca-se a presença de uma fábrica de sucos, para beneficiamento da maçã, além de uma significativa frota de transporte rodoviário, para escoamento da produção, além de outros investimentos que retroalimentam a cadeia produtiva da maçã. Esta diversifica-se através da inserção de outras “frutas vermelhas”, como a cereja e a framboesa que são estimuladas pela abertura de mercado externo, principalmente Estados Unidos e Europa, além da inserção no mercado nacional.

A configuração natural da paisagem, composta pelas maiores altitudes do Estado, aliada a estação de inverno e a probabilidade de ocorrência de neve, fenômeno raro no Brasil, viabiliza a atividade turística neste recorte espacial.

Trata-se, portanto, de uma atividade expressiva para a economia desta região geoeconômica, com destaque para o conjunto de canyons (Itaimbezinho, no Parque Nacional dos Aparados da Serra), trilhas e cascatas, o que garante atrações durante o ano todo, não dependendo unicamente da estação mais fria.

No que se refere à *região geoeconômica 6*, seu recorte espacial caracterizou-se em função da produção da banana. Esta constitui a menor região geoeconômica do estado gaúcho em extensão territorial e também em número de municípios. A produção da banana é bastante significativa para os municípios que compõe esta região geoeconômica, constituindo-se na base da economia ao longo do ano e, responsável pela sua inserção e manutenção no mercado consumidor local e regional. Além da banana, destacam-se as culturas do abacaxi e do palmito, como uma alternativa para diversificar a produção desta região geoeconômica, o que possibilita agregar renda ao pequeno produtor rural.

Por se tratar de municípios litorâneos, durante o período de veraneio, há um incremento na economia local via atividade turística. O turismo constitui-se numa atividade geradora de renda para os habitantes desta região geoeconômica, dinamizando a economia e proporcionando novas perspectivas de desenvolvimento local/regional/nacional.

No entanto, tal atividade é mais significativa no verão, ou seja, ao longo do ano a produção primária é a principal responsável pela sua organização socioeconômica.

Considerando a classificação adaptada da proposta de Bacelar (1999), reagrupou-se as regiões geoeconômicas 5 e 6, e que foram consideradas com potencial pouco utilizado. (Figura 3).

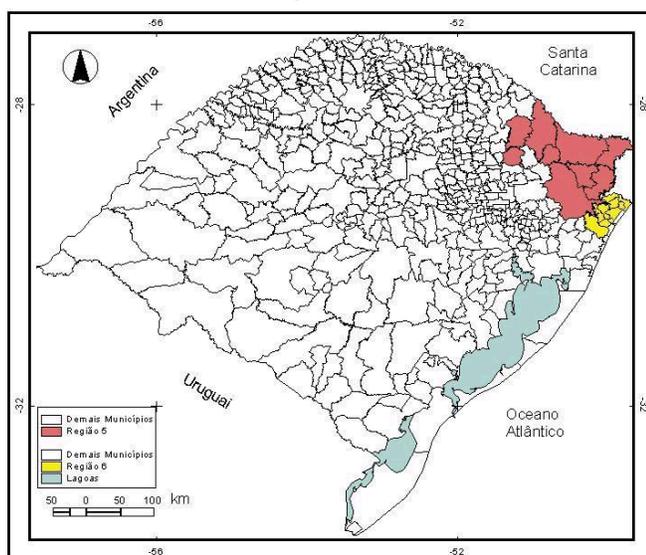


Figura 3: Regiões Geoeconômicas com Potencial Pouco Utilizado no RS.
Fonte: Elaboração a partir do software ArcView 3.2a.
Org.: Equipe técnica – NERA/2005

A região geoeconômica 5 é caracterizada pela pecuária de corte e pela maçã e, constitui-se em uma região com potencial pouco utilizado, em consequência das suas potencialidades físico-naturais sub-aproveitadas. Desta forma, tem-se as pequenas propriedades, com seu espaço produtivo bem utilizado, através do cultivo da maçã. Por outro lado, a pecuária desenvolvida em médias e grandes propriedades necessita modernizar mais esta cadeia produtiva, que permanece nos moldes extensivos, necessitando da incorporação de novas tecnologias para dinamizar sua produção.

A região geoeconômica 6, individualizada pela presença da banana, caracterizou uma região com potencial pouco utilizado. Tal fato é consequência da sub-utilização do seu espaço produtivo pela cultura da banana, além da presença do palmito e do abacaxi. Da mesma forma que a região geoeconômica 5, o potencial turístico necessita ser melhor aproveitado, pois a porção litorânea tem presença significativa de turistas apenas nos períodos de veraneio.

É importante salientar que as paisagens apresentam singularidades que são expressas através das belezas naturais aliadas ao processo colonizador. Tal configuração do espaço evidencia um potencial a ser melhor explorado, a exemplo das regiões geoeconômicas 3 e 4. Para tal, é necessário investir em um amplo planejamento que priorize a infra-estrutura básica para o desenvolvimento do turismo.

Neste contexto, diante da atual configuração do espaço Rio-Grandense, procurou-se classificar as sete regiões geoeconômicas estabelecidas em três categorias quanto as suas potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico. Obviamente, a dinâmica do espaço aliada as particularidades locais, não permitem que este desenvolvimento seja homogêneo e compreenda todo seu contexto regional, o que Santos denomina de rugosidades do espaço.

No entanto, o homem, enquanto agente transformador deste espaço, procura minimizar as diferenças, sempre na busca de se obter o almejado desenvolvimento regional. As particularidades culturais que compõe cada grupo social, torna-os singulares em relação aos demais, bem como as suas manifestações em relação a sua base espacial.

Nesse sentido, ao se analisar o espaço, deve-se considerar os agentes que o transformam em todos os aspectos responsáveis por suas atitudes e que, conseqüentemente, se materializam na paisagem.

6 Bibliografia

BACELAR, T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: **Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 73 – 91.

BEZZI, M.L. **Região**: Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências, Rio Claro, UNESP, 1996. 377p. (Tese de Doutorado), IGCE/UNESP.

_____. et al. **RS**: Uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos. Relatório técnico. (PROADE 2-FAPERGS). Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Municípios**. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/municipios>>. Acesso em: 02-20 out. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 02-20 out. 2005.

MOURA, L. G. V.; MIGUEL, L. A; ALMEIDA, J. **A sustentabilidade na produção fumageira**: as contradições entre o econômico, o social e o ambiental. (artigo científico). Disponível em: <<http://www.Eco.unicamp.br/projetos/rurbanos/zipados/moura.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

Profruta/RS apresenta balanço positivo ao completar um ano. **A Platéia**, Santana do Livramento, 03 set. 2004. Disponível em: <<http://www.aplateia.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2005.

VIVIAN, J. L. Banicultura em sistemas agroflorestais no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, abr./junh. 2002, p. 17-26.

Fruticultura muda a paisagem da Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 out. 2004. Disponível em: <http://www.zerohora.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2005.